



SOCIAL-LIBERALISMO, CLASSES DOMINANTES E OS DESAFIOS DA ESQUERDA SOCIALISTA NA CONJUNTURA ATUAL

Danilo Enrico Martuscelli*

Neste artigo, procuraremos discutir três questões propostas pelos editores do blog marxismo21: 1) O projeto de governo hegemônico pelo PT teria se esgotado? 2) Qual o papel das esquerdas nas eleições de 2014? 3) Como construir uma política de esquerda socialmente enraizada e comprometida com a transformação da sociedade brasileira? Adiantamos ao leitor que daremos mais atenção à primeira das questões formuladas.

I

O projeto de governo defendido pelo PT nem sempre foi o mesmo. Nas eleições de 1989, a Frente Brasil Popular, encabeçada pela candidatura de Lula, sustentava um programa de governo e um arco de alianças que, nos limites do capitalismo dependente brasileiro, poderiam ser considerados como alternativas ao neoliberalismo e sua base de classe. Naquele contexto, a candidatura Lula se opunha à candidatura neoliberal de Collor de Melo, por fazer a defesa de um programa que visava editar um Estado de bem-estar social no Brasil, a partir de medidas como: controle sobre o capital estrangeiro no país, suspensão do pagamento e realização de uma auditoria da dívida externa, valorização das empresas estatais por meio de investimentos diretos e indiretos, aplicação de investimentos nos setores de tecnologia de ponta, concessão de subsídios aos pequenos agricultores e execução de uma política de distribuição de renda e de terra. A base de classe desse programa era composta por segmentos do médio e do pequeno capital e amplos setores da classe trabalhadora urbana e rural. A tática anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária defendida pelo partido, nesse contexto, expressava a linha política dessa candidatura, mas se articulava à estratégia socialista denominada socialismo democrático, que nada mais era do que um meio de construir um capitalismo mais justo e humano, sem rupturas, pela via pacífica da luta intrainstitucional no Estado burguês. Lula esteve muito perto da vitória eleitoral no segundo turno, obtendo apenas quatro milhões de votos a menos do que Collor. Por ter sido constituído enquanto partido a partir das lutas de massa do movimento sindical e popular e por sustentar uma plataforma de reformas sociais avançadas para o capitalismo dependente brasileiro, o PT despertava, então, muita desconfiança da burguesia brasileira e internacional. A grande burguesia interna estando acossada pelas pressões do imperialismo estadunidense e pelo forte movimento grevista do período, restou-lhe alinhar-se ao programa neoliberal, mesmo reconhecendo que tal programa poderia sacrificar seus interesses econômicos imediatos, como, de fato, sacrificava a política de abertura comercial.

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Nas eleições presidenciais seguintes, o PT começou a trilhar uma trajetória política de distanciamento em relação às aspirações de caráter social-democrata tradicional e à defesa do modelo de Estado de bem-estar social. Contribuíram para esse processo: a crise das experiências de capitalismo de Estado, resultando no fim da URSS; a crise da social-democracia tradicional, o que engendrou o nascimento da terceira via entre o neoliberalismo e a social-democracia; a ofensiva imperialista sobre os países latino-americanos; e a força política e ideológica do neoliberalismo. Além disso, foi de fundamental importância para o deslocamento do PT para uma posição mais ao centro do espectro político, a prioridade política dada pelo partido às disputas intrainstitucionais do Estado burguês, especialmente à eleição para presidente da República. Ao se centrar na luta por dentro das instituições do Estado burguês e lograr obter espaço em governos estaduais e municipais e nos legislativos federal, estaduais e municipais, o PT passou a se envolver cada vez mais com as regras do jogo da política burguesa, ou seja, passou a assimilar, em seu comportamento político, a própria lógica de funcionamento do Estado burguês, e gradualmente foi realizando revisões em seu programa social-democrata original, vindo a aceitar passivamente a política neoliberal hegemônica e a dar ênfase à luta contra os efeitos do neoliberalismo em vez de propor-se a reivindicar uma política alternativa ao neoliberalismo, como chegara a fazer até o começo dos anos 1990.¹

O envolvimento do PT com a lógica de reprodução do Estado burguês e sua adesão gradual e passiva ao neoliberalismo produziram efeitos sobre a própria elaboração de seu programa de governo. Vejamos.

No que se refere aos efeitos políticos produzidos pelo envolvimento do PT com a lógica de funcionamento do Estado burguês, é possível destacar quatro fatores relacionados a esse processo:

a) *A cisão entre direção e base*: fatores internos ao PT contribuíram para a ocorrência de uma cisão entre direção e base, entre os quais destacam-se: 1) a existência de uma estrutura federativa fundada no princípio jurídico do direito de tendências, que alimenta permanentemente a ilusão da participação dos militantes na vida partidária, mas que, na prática, contribui para dividi-los internamente e tornar mais coesos os interesses na cúpula, podendo ser caracterizada como a expressão do centralismo burocrático, ou seja, da forma burguesa de fazer política, que tende a separar os centros decisórios do controle da base; 2) o apartamento da base de seus militantes das principais decisões tomadas pelo partido, por meio da criação de centros decisórios, extrapartidários, reconhecidos inicialmente como formuladores de políticas públicas ou de programas de governo; e 3) a projeção política da personalidade de Lula e de outros notáveis que passaram a atuar com grande grau de liberdade, deixando de prestar contas ao partido e/ou de se subordinarem às decisões partidárias;

b) *A colonização do PT pela burocracia estatal*: esse processo contribuiu significativamente para blindar a influência do partido sobre as decisões governamentais, na medida em que dirigentes e lideranças partidárias com maior acesso aos recursos e aos centros de poder do aparelho de Estado passaram a tomar decisões à revelia do partido e a apresentá-las ao próprio partido como fato consumado, reservando à base e, em muitas situações, até à direção partidária apenas um papel coadjuvante no governo. O exemplo mais notável aqui foi o processo de formulação e divulgação da *Carta ao Povo Brasileiro*, que não passou pelo crivo de nenhuma instância partidária e foi concebido pelo Clube de Ribeirão, com denominação dada por um de seus mentores, Antonio Palocci, e como sendo o verdadeiro programa de governo de Lula nas eleições de 2002. O mesmo se passou com

¹ Utilizamos a ideia de adesão passiva para distingui-la da ideia de adesão ativa ao neoliberalismo. A prioridade dada pelo PT à luta contra os efeitos da política neoliberal, em detrimento da luta contra a política neoliberal, em seu conjunto, explica o que vimos chamando de adesão passiva. Se o partido tivesse formulado uma alternativa política ao neoliberalismo e lutado por ela, não teria aderido passivamente ao neoliberalismo; mas o abandono do Programa da Frente Brasil Popular impediu o partido de levar adiante a construção dessa alternativa.

outras medidas que poderiam gerar insatisfação na base partidária, como foi o caso da famigerada Reforma da Previdência, que Lula negociou com os governadores, sem discutir minimamente com a base partidária da qual parte considerável era oriunda do funcionalismo público federal, resultando, inclusive, na expulsão dos quatro parlamentares que votaram contra a medida. Os processos de saída “voluntária” ou expulsão de grupos e militantes socialistas, assim como o isolamento político dos que continuam no partido, podem ser concebidos como resultantes da própria lógica de estatização do PT. Não é fortuito que tanto a conjuntura da conquista das primeiras administrações municipais, no final dos anos 1980, como a da chegada do PT ao governo federal, nos idos de 2000, tenham sido aquelas em que ficou em maior evidência o fenômeno do expurgo ou debandada de militantes que se identificavam com a perspectiva política socialista. Não é fácil ser socialista quando um partido passa a dar prioridade à luta intrainstitucional.

Pode-se dizer, assim, que esse processo de colonização do partido pela burocracia estatal ocorreu porque membros do partido ligados à burocracia estatal ou vinculados às chamadas bancadas parlamentares passaram a dispor de recursos políticos e financeiros para neutralizar a própria realização de debates sobre temas relevantes da política nacional e para construir maiorias no interior do partido, configurando-se, aqui, uma espécie de relação de patronagem no interior do partido.

c) Alianças com partidos de patronagem: desde que chegou ao governo federal, o PT não ofereceu nenhuma alternativa à lógica imperante de constituição de coalizões eleitorais e governamentais no país. Ou seja, tal como as demais coalizões viáveis do ponto de vista eleitoral, o PT se fixou na tática de se aliar aos partidos de patronagem para garantir a propalada governabilidade. Ocorre que tais partidos não possuem nenhuma base programática, nem têm interesse em formulá-la, e estão voltados para a prática da pilhagem dos recursos públicos, tornando o governo de plantão presa permanente da chantagem política, na medida em que o apoio ao governo ou à coalizão eleitoral passa a ser condicionado à concessão de cargos no aparelho de Estado e à aprovação de emendas parlamentares ou de recursos financeiros para os partidos aliados. Não é casual, portanto, que as denúncias de corrupção tenham ganhado grande repercussão em vários momentos da política nacional. Quando a fonte seca, o apoio político ao governo se esvai, emergem as contradições no interior da base governamental, abrindo possibilidade para o surgimento de crises políticas, tal como ocorreu em 1992 e 2005. É por essa via que o PT se inclinou para garantir base partidária para aprovar suas políticas de governo. Distante de contribuir para valorizar a função governativa dos partidos, a utilização desse expediente acaba neutralizando ou anulando a possibilidade de surgimento de governos efetivamente partidários no país. Chega a ser patético observar a candidata Dilma, assim como os candidatos Aécio e Marina, participando de palanques eleitorais de adversários políticos do seu partido nos estados, por conta de as alianças estabelecidas no plano nacional não corresponderem às concretizadas no âmbito estadual. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Dilma deverá aparecer nos palanques eleitorais de quatro candidatos a governador de partidos que formaram alianças na coligação eleitoral nacional: PT, PDT, PMDB e PP.

d) Financiamento de campanha: quando o partido optou pela política de se tornar viável eleitoralmente, sobretudo nas disputas nacionais, volumosos recursos financeiros começaram a aportar aos poucos no fundo de campanha partidário. O PT aderiu, sem muito questionamento, à lógica de financiamento de campanha típica dos demais partidos burgueses, ficando vulnerável às chantagens e pressões políticas dos principais contribuintes, isto é, dos grandes grupos econômicos, para os quais a máxima “é dando que se recebe” é quase um imperativo categórico.

Os dados sobre financiamento de campanha não deixam dúvidas sobre esse processo e indicam que os recursos recebidos pela candidatura petista e de seu oponente tucano ampliaram-se cerca de dez vezes entre 2002 e 2014. Em 2002, Lula recebeu R\$ 27,9 milhões contra R\$ 27,8 milhões

obtidos por Serra. Em sua reeleição, Lula quase triplicou suas receitas, ao arrecadar R\$ 75 milhões, enquanto a candidatura tucana, encabeçada por Alckmin, ampliou sua arrecadação para R\$ 45,7 milhões. Em 2010, Dilma realizou sua campanha com R\$ 135,5 milhões, contra R\$ 106,5 milhões recebidos por Serra. Em 2014, a coalizão eleitoral comandada por Dilma estima gastar R\$ 298 milhões, ficando um pouco à frente da candidatura de Aécio, que prevê gastos de campanha em torno de R\$ 290 milhões.

Sobrevivendo sob a lógica do financiamento privado de campanha, em especial, aqueles oriundos de pessoas jurídicas, ou seja, de empresas, os partidos que têm dirigido as principais coalizões eleitorais, apresentam-se, na cena política, fundamentalmente como porta-vozes dos grandes grupos econômicos. Apesar de ter sido a própria presidente Dilma quem tenha incitado, no contexto das chamadas Jornadas de Junho de 2013, a necessidade de realizar uma assembleia constituinte exclusiva para debater o tema da reforma política e, em especial, a questão do financiamento de campanha, é pouco plausível que o PT e o governo Dilma, assim como seus oponentes, Aécio e Marina, ponham em risco a chamada governabilidade para promover uma reforma política que limite parcialmente a influência do poder econômico nos processos eleitorais, vindo a proibir as pessoas jurídicas de realizar doações para as campanhas eleitorais, a estabelecer um teto de um salário mínimo para as doações individuais de pessoas físicas e a criar dispositivos legais de controle e sanção às candidaturas que fizerem uso ilícito do caixa 2 nas campanhas eleitorais.

A cisão entre direção e base, a colonização do partido pela burocracia estatal, as alianças com partidos de patronagem e o financiamento de campanha garantido por grandes grupos econômicos correspondem aos meios institucionais e financeiros utilizados pelo PT para dar sustentação ao seu projeto de governo. Tratemos de analisar o conteúdo desse projeto, pois é a partir disto que conseguiremos compreender melhor o que condiciona o emprego e a aceitação desses mecanismos institucionais e financeiros.

Ao longo dos anos 1990, o PT aderiu passiva e gradualmente ao neoliberalismo. Sem renunciar ao reformismo de matriz social-democrata, defendido em seus primeiros anos de existência e sintetizado pelo programa de governo Lula de 1989, o PT não teria logrado se aproximar dos interesses da grande burguesia interna e se tornar viável eleitoralmente num contexto de refluxo do movimento de massas. A prioridade dada pelo partido à conquista do governo federal, levou-o a assimilar, em sua prática, a lógica de que tudo é válido para alcançar esse objetivo. Um dos fatores que garantiu o encontro entre o PT e os interesses da grande burguesia interna foi o processo de desgaste do neoliberalismo na conjuntura do final dos anos 1990.

Se no começo dos anos 1990, a grande burguesia interna se limitou a fazer resistências pontuais e seletivas à política neoliberal, no final da mesma década e início dos anos 2000, tal fração burguesa conseguiu se erguer à condição de força social, para pleitear maior espaço na política estatal. Nessa altura, o PT já havia feito várias modificações em sua plataforma política e havia deixado de lado o traço marcante de seu comportamento dos anos 1980: a política classista como negação. A consolidação de um sindicalismo propositivo e o fortalecimento de tendências mais pragmáticas no interior do partido foram elementos importantes para alcançar essa aproximação com segmentos da grande burguesia interna. Ou seja, em vez de fundar uma alternativa à política neoliberal, o partido limitou-se a apresentar propostas que combatiam apenas os efeitos dessa política. Tal diretriz política casava-se com as próprias limitações de intervenção da grande burguesia interna, tendo em vista que, sem ter força política suficiente para remover a burguesia associada (correia de transmissão dos interesses imperialistas ou estrangeiros) da condição de fração hegemônica do bloco no poder, restou-lhe reunir forças para conseguir ao menos renegociar essa hegemonia.

Aqui vale repisar o fato de que havia se constituído, no sindicalismo brasileiro, durante os anos 1990, em especial, no sindicalismo cutista, uma das bases organizativas principais do PT, uma camada social, a “nova aristocracia dos trabalhadores assalariados”, que passou a atuar como uma espécie de funcionária da grande burguesia interna e a organizar pautas e ações contra os efeitos do neoliberalismo, as quais, por sua vez, estavam em sintonia com as demandas da grande burguesia interna. Foi justamente essa “nova aristocracia dos trabalhadores assalariados” que fomentou, de início, nos sindicatos com maior capacidade de organização política, em especial, os sindicatos dos bancários e dos metalúrgicos, a participação dos sindicatos dos trabalhadores nos fóruns tripartites com empresários e governos, entre os quais, destacam-se o Codelat – através do qual os sindicalistas passaram a disputar recursos para realizar cursos de requalificação profissional – e as câmaras setoriais; a difusão da prática da “flexiprecarização” da legislação trabalhista, por meio da aceitação da PLR, da implementação do banco de horas nas empresas, da criação e da difusão dos fundos de pensão e da defesa do negociado sobre o legislado.

Em linhas gerais, é possível afirmar que, ao elaborar a *Carta ao Povo Brasileiro*, em 2002, o PT já vinha passando por um processo de crise de representação política que o conduziria, uma vez no governo, ao posto de porta-voz dos interesses da grande burguesia interna. Vale aqui discutir o que caracteriza conceitualmente tal fração burguesa. O conceito de burguesia interna foi elaborado por Nicos Poulantzas e designa uma fração burguesa que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora (ou associada).² Ela possui base própria de acumulação, está interessada na intervenção estatal, sobretudo quando essa intervenção lhe garante maior controle sobre determinados ramos econômicos no país, competitividade perante o capital estrangeiro e financia o desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo – o qual está mais inclinada a apoiar. Em relação ao mercado interno, defende apenas pequenas elevações do poder de compra e de consumo das massas, o que atesta o caráter socialmente conservador de seu posicionamento político. Outra característica básica da burguesia interna é a sua fragilidade político-ideológica perante o capital estrangeiro. Portanto, na visão de Poulantzas, a burguesia interna está tendencialmente limitada a renegociar a hegemonia exercida pela burguesia compradora (associada) com a qual coexiste no bloco no poder. A burguesia interna também pode abrigar segmentos do pequeno, médio e grande capital, assim como aqueles ligados à indústria, ao agronegócio e aos bancos. Sob determinadas condições políticas, a burguesia interna pode assumir a condução de frentes políticas com classes e frações de classe dominadas, sem exercer a posição de fração hegemônica, objetivando renegociar a hegemonia da burguesia associada e, com isso, abrir maior espaço para a contemplação de seus interesses materiais no processo de implementação da política estatal. Em tais circunstâncias, atravessadas de ponta a ponta por processos de instabilidade política, ocorre a defasagem entre as posições de fração hegemônica no bloco no poder e fração reinante na cena política –³ o que significa que a burguesia interna não logra ter seus interesses priorizados pela

² Ver: Nicos Poulantzas. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; *A crise das ditaduras*: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

³ Para Poulantzas, a fração hegemônica é aquela que tem seus interesses priorizados pela política estatal, exercendo, assim, o domínio político no interior do bloco no poder. Já a fração reinante é representada pelos partidos que ocupam lugares dominantes da cena política. Aqui, utilizamos o conceito de fração reinante de maneira ampliada para designar não só os partidos, mas o conjunto de organizações e agentes que venham desempenhar papel fundamental de organização da dominação ideológica na cena política. Poulantzas ressalta também que a fração hegemônica nem sempre está presente na cena política. Isso significa que as funções de fração hegemônica e fração reinante podem ser preenchidas por diferentes frações de classe. Além disso, é preciso observar que ao ganhar visibilidade na cena política, ocupando posições importantes no legislativo, na burocracia estatal e em outros espaços institucionais relevantes, a fração reinante pode vir a ser confundida com a fração hegemônica, sem, com isso, lograr ter seus interesses priorizados pela política estatal. Sobre a distinção entre fração hegemônica e fração reinante, ver: Nicos Poulantzas. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

política estatal nem garantir a aliança entre as classes e frações dominantes no poder, mas consegue emergir no processo político como força social dirigente de uma unidade pluriclassista de interesses que não possui um programa político claramente definido.⁴

Feitos esses breves apontamentos teóricos acerca do conceito de burguesia interna, podemos observar que, com a chegada da coalizão dirigida pelo PT ao governo federal, tal fração de classe se fortaleceu politicamente e ergueu-se à condição de fração reinante na cena política. A posição da burguesia interna como fração reinante na cena política permitiu-lhe renegociar a hegemonia política do capitalismo financeiro, vocalizada pela burguesia associada no país. Longe de colocar em xeque tal hegemonia, a burguesia interna procurou obter maior mais espaço na política estatal, sobretudo nas zonas de menor tensão com esse capital, graças ao apoio da burocracia estatal, que logrou imprimir reformas no capitalismo neoliberal brasileiro, e da adesão de setores populares ao chamado “neodesenvolvimentismo”. Constituiu-se uma situação, no Brasil, na qual a grande burguesia interna consegue dirigir uma frente política que pressiona por reformas no modelo neoliberal, mas encontra, ao mesmo tempo, a resistência da burguesia associada que não quer perder seu posto de fração hegemônica no bloco no poder. A crise política de 2005 e o processo político, desencadeado desde o final de 2012, de ataques ao governo Dilma por setores vinculados à burguesia associada, em especial, a crítica à redução da taxa Selic, são os exemplos mais evidentes dessas contradições e das dificuldades da grande burguesia interna em implementar reformas no neoliberalismo.

A conjuntura dos governos Lula e Dilma tem sido marcada, portanto, pela dissociação entre as frações burguesas que ocupam o lugar de fração hegemônica e fração reinante. Por estar situada nos segmentos do capital ligados à atividade produtiva (indústria e agronegócio) e também aos bancos nacionais engajados na ampliação do crédito para a produção e para o consumo,⁵ a grande burguesia interna está em melhores condições de exercer a função de dominação ideológica quando comparada aos segmentos do capital que são socialmente vistos como improdutivos e associados a uma atividade parasitária.

A dificuldade é compreender o enigma dos governos Lula e Dilma, já que a ideologia “neodesenvolvimentista” ganhou capilaridade na cena política e passou, a partir daí, a orientar algumas mudanças no conteúdo da política econômica e social, sem, contudo, converter-se na matriz dominante da política estatal. Sim, durante os governos Lula e Dilma ocorreu a implementação e/ou a ampliação de: a) subsídios e políticas de incentivo à internacionalização das empresas, à formação das grandes campeãs e à centralização e concentração de capitais, graças à ação do BNDES; b) políticas de incentivo às exportações, o que propiciou uma balança comercial superavitária, ainda que sob o predomínio de produtos de reduzido valor agregado, reforçando a posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho; c) parcerias público-privadas nos setores de serviços (educação e saúde), logística, transporte e infraestrutura – lógica que recebeu estatuto legal durante o primeiro governo Lula, e a partir da qual o Estado entra com o ônus, e a grande burguesia interna, com o bônus; já que as regras de concessão de serviços estatais e de apoio à iniciativa privada muitas vezes não estabelecem rigidamente quais devem ser as contrapartidas e sanções para aqueles que não as cumprirem. Na verdade, a lógica das parcerias público-privadas é a lógica do capitalismo sem risco para a grande burguesia interna e, em grande medida, é um dos princípios orientadores do social-liberalismo, na medida que o Estado deixa de ser visto como o vilão da modernização (como

⁴ A ideia de frente política aqui apresentada foi extraída de: Armando Boito Jr. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” In: Armando Boito Jr. e Andréia Galvão (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012. Mais adiante, faremos uso também da ideia de frente neodesenvolvimentista elaborada por esse autor.

⁵ É importante destacar que os banqueiros podem aceitar a redução das taxas de juros e do *spread* bancário caso o governo ofereça algumas contrapartidas, entre as quais se destaca a redução do depósito compulsório. Cf. Rodolfo Palazzo Dias. *Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula*. Campinas, dissertação de mestrado em Ciência Política (Unicamp), 2012

era concebido na versão neoliberal ortodoxa), passando a ser encarado como um parceiro, cujo ativismo deve ser ampliado, com a condição de não interferir em demasia nos negócios da grande burguesia interna. Toda vez que interfere, a grande burguesia interna vem a público e denuncia. Aqui, é importante ressaltar que o modelo das parcerias público-privadas garante, em muitas situações, a participação do capital estrangeiro sob a forma das *joint-ventures*, ou seja, o capital estrangeiro que se associa com os capitais nacionais, alterando, assim, a lógica das relações de dependência financeira ligadas à simples transferência patrimonial e à simples expatriação de capital. O caso da privatização do pré-sal traduz bem essa modalidade de privatização (os governistas chamam de concessão), assim como a autorização para o aumento da participação de capital estrangeiro no capital do Banco do Brasil, que passou de 5,6% para 12,5% em 2006, depois para 20% em 2009 e finalmente atingiu a marca dos 30,2% em 2013.⁶

Ocorre que essas mudanças na política econômica e social – que chamamos de reformas no capitalismo neoliberal – foram realizadas sem que o nervo central da política estatal fosse alterado. Dito de outra maneira, os governos Lula e Dilma mantiveram o tripé macroeconômico (superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação), que é fundamental para o pagamento da dívida interna pública, que representa mais de 40% do orçamento da União e cujos principais credores são os bancos nacionais e internacionais. Quando a presidente Dilma tentou flexibilizar o tripé, sofreu forte resistência dos setores que funcionam como uma espécie de correia de transmissão do capital financeiro no país, adquirindo protagonismo na luta de ideias a atuação dos oligopólios midiáticos nacionais e internacionais para frear tais mudanças.

Cabe observar que outras medidas de interesse dos banqueiros nacionais e internacionais não foram tocadas pelos governos Lula e Dilma, tais como a lei de responsabilidade fiscal, criada sob o apanágio do governo FHC, que submete a aplicação do orçamento dos estados e municípios à lógica da adimplência com os credores das dívidas: os banqueiros; a lei de falências, criada sob o primeiro governo Lula, que passou a dar prioridade ao pagamento das dívidas bancárias, isto é, às dívidas contraídas pelas empresas junto aos bancos, em detrimento das dívidas trabalhistas. O aumento do estoque de investimento estrangeiro direto no país em relação ao PIB, que passou de 16% em 2000 para 27,5% em 2012, conforme dados do Banco Central, confirma a tese de que a política governamental vigente está muito distante de inclinar-se a adotar medidas de controle sobre a entrada de capital estrangeiro no país. Além disso, esses governos: mantiveram e ampliaram o prazo de validade da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo institucional que garante a geração de superávits primários e, conseqüentemente, o pagamento dos rendimentos dos detentores dos títulos da dívida pública, assegurando o livre uso pelo governo de plantão de 20% de receitas da União que antes eram destinadas, por obrigação constitucional, às chamadas despesas direcionadas à área social (assistência social, educação, previdência, saúde, etc.); não se mobilizaram para regulamentar o Sistema Financeiro Nacional (SFN) por meio de Lei Complementar, conforme determina o artigo 192 da Constituição Federal. A desregulamentação do sistema financeiro é uma das reivindicações centrais dos banqueiros e, nesse caso, é garantida pela via da não regulamentação de um dispositivo constitucional; preservaram o insulamento burocrático do Conselho Monetário Nacional, órgão responsável pelo funcionamento do SFN, que conta com apenas com três membros – o número já chegou a 27 –: ministro da Fazenda, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e presidente do Banco Central, alijando do processo decisório entidades representantes de confederações patronais e dos trabalhadores e, com isso, evitando a politização do debate acerca da política monetária e de crédito.

⁶ Atualmente, o Tesouro Nacional detém 50,73% das ações do Banco do Brasil.

Chamamos a atenção para o fato de que, para compreendermos o conteúdo da política estatal implementada pelos governos Lula e Dilma, faz-se necessário combinar, na análise, a observação daquilo que vem sendo executado pelo governo com aquilo que foi mantido por via de decisões ou não decisões dos governos anteriores. Afinal, a não alteração das políticas herdadas pode ser considerada um indicador importante das relações de dominação no país. Há certo ufanismo no posicionamento adotado por setores ligados ao governo federal no sentido de afirmar que viveríamos sob os governos Lula e Dilma uma ruptura radical com os anos FHC. Se há descontinuidade, isso tem relação com o fato de que a política estatal passou a atender interesses de frações subordinadas no bloco no poder, como é o caso da grande burguesia interna, e a fazer concessões aos setores populares por meio da ampliação do salário mínimo, da ampliação do número de empregos na faixa dos 1,5 a 2 salários mínimos, na ampliação de financiamento à agricultura familiar, na ampliação da política de transferência de renda e na concessão de crédito para o consumo das famílias. São medidas que impactam as condições de reprodução social dos trabalhadores e também os rendimentos dos setores ligados à grande burguesia interna, mas estão muito distantes de afetarem os interesses da fração hegemônica. Ou seja, trata-se de uma descontinuidade na continuidade: um neoliberalismo reformado, um social-liberalismo.

Nesse sentido, a predominância da hegemonia política da burguesia associada e a acomodação dos interesses da grande burguesia interna na política estatal sintetizam a configuração de uma política social-liberal. Apesar de setores do governo apostarem na possibilidade de emergência de uma nova burguesia nacional, voltada para um desenvolvimento do mercado interno e pela ampliação da autonomia em relação ao bloco imperialista dominante, na prática, tal processo é muito difícil de ocorrer, pois o processo de internacionalização do capital, do qual a grande burguesia interna é uma das resultantes, limitou consideravelmente a possibilidade de esta fração de classe se converter numa burguesia nacional, dada a dependência tecnológica e financeira que possui em relação ao capital estrangeiro e a reduzida vocação que tem para sustentar políticas de desenvolvimento industrial e voltadas para a criação de um grande mercado interno de massas. Sua relação com as classes populares é, portanto, marcada pela defesa de concessões materiais mínimas e que, portanto, não devem afetar seus interesses econômicos de médio e longo prazo ou prejudicar a competitividade das empresas. Na medida em que as classes populares radicalizem suas reivindicações ou que se instaure uma crise econômica no país, é possível que haja uma fissura entre os interesses da grande burguesia interna e das classes populares, já que a grande burguesia interna é socialmente conservadora e não está interessada em ampliar direitos sociais, tratados por essa fração burguesa como fardos ou encargos sociais. O aumento expressivo do número de greves a partir do final do segundo governo Lula, assim como as reivindicações de caráter progressista oriundas das Jornadas de Junho podem ser considerados indicadores desse processo de fissura.

Se há sinais que indicam essa fissura, estamos muito distantes de uma situação em que se possa vaticinar o esgotamento do projeto de governo do PT, mesmo que ocorra uma derrota de Dilma nas próximas eleições. Os setores populares ainda não demonstram ter força política suficiente para romper com a frente política neodesenvolvimentista dirigida pela grande burguesia interna, e as mudanças nas relações interimperialistas, dado o protagonismo da China e da Rússia e o surgimento dos BRICS, podem reforçar a presença da grande burguesia brasileira como fração reinante e prolongar a situação instável que marca a dissociação entre as funções de fração hegemônica e fração reinante no país. A combinação entre defesa da doutrina teórica do “neodesenvolvimentismo” – por parte de intelectuais ligados ao governo, de partidos, entidades patronais e populares aliadas ao governo e por membros da burocracia estatal – e a política social-liberal prática pode ter vida longa na política nacional. Tal combinação nos leva a observar que a análise científica não pode confundir

os objetivos proclamados pelos membros do governo federal e das forças políticas que compõem a frente neodesenvolvimentista com aquilo que o governo efetivamente executa, na prática, ou seja, com o social-liberalismo. É claro que os objetivos declarados podem produzir efeitos sobre a política estatal e, de fato, produziram, mas não a ponto de modificarem as diretrizes do eixo central da política estatal, aquele que é voltado à acumulação de capital: a política econômica.

II

Sobre o papel das esquerdas nas eleições de 2014, é preciso discutir as razões que impediram os partidos socialistas – PCB, PCO, PSOL e PSTU e outras organizações socialistas – de formarem uma frente de esquerda para a disputa presidencial: sectarismo? blanquismo? base social muito reduzida e oriunda de setores de classe média? profundas divergências programáticas? Tudo isso junto, um pouco disso ou nada disso? Ademais, é preciso ressaltar que essa divisão só tem contribuído para aprofundar o processo de isolamento político no qual tais partidos se encontram. Não são os reduzidos percentuais eleitorais que atestam tal isolamento, que se revela, em essência, nas dificuldades de garantir um mínimo de capilaridade e representatividade junto aos movimentos organizados de massa e aos trabalhadores em geral. Por um bom tempo, os partidos socialistas no Brasil conseguiram apenas encontrar adesão de setores de classes médias radicalizados. Isso ocorre, entre outros motivos, porque tais partidos têm insistido em confundir as bandeiras táticas e estratégicas. Se, por um lado, as forças progressistas ligadas ao governo Lula e Dilma abandonaram a bandeira de luta pelo socialismo em nome da pequena política, da aceitação acrítica das regras do jogo estabelecidas pela governabilidade burguesa e da ideologia e da política neodesenvolvimentista, que muito interessa à grande burguesia interna, adotando, assim, uma tática que não vê nada além do horizonte capitalista, uma tática sem estratégia socialista, ou simplesmente um “taticismo”; por outro, os partidos que se reivindicam socialistas, parecem cometer o erro oposto, isto é, inclinam-se a fazer a defesa genérica da estratégia socialista, sem pensar em mediações táticas, caindo naquilo que poderíamos chamar de estrategismo. Exemplo disso é a centralidade que passou a ter a ideia de anticapitalismo nas resoluções políticas dessas organizações, bandeira política que, a rigor, pode ser apropriada por forças escravistas ou feudais; não estabelece uma linha de demarcação clara entre reformistas e revolucionários; não aponta para a necessidade de lutar, no plano tático, por reformas sociais de caráter burguês, pois há muito no que avançar neste terreno no Brasil; além de contribuir para ocultar uma outra palavra poderosíssima: a palavra socialismo.

Mesmo sem ter nenhuma condição de vencer as eleições presidenciais, os socialistas devem aproveitar esse momento político para denunciar os limites dos partidos da ordem e a ligação destes com os grandes grupos econômicos, e para apresentar alternativas que indiquem a necessidade de construção de reformas sociais avançadas nos marcos do capitalismo, plataforma que não poderá ser admitida por nenhum dos três principais postulantes ao cargo presidencial: Aécio, Dilma e Marina. Também não podem permitir a suas organizações assumirem compromissos políticos com tais candidaturas, inclusive, com a de Dilma que, a despeito de ser entre os viáveis eleitoralmente a que mais possui diálogo com os movimentos sindical e popular, até agora mostrou-se surda às reivindicações progressistas surgidas antes, durante e depois das Jornadas de Junho e que apontavam para a defesa de uma maior intervenção do Estado no sentido de garantir mais investimentos em saúde, educação, moradia, etc. As organizações socialistas e populares não podem se comprometer politicamente com essa candidatura, porque isso poderia se configurar com uma espécie de cheque em branco para a reeleição de Dilma. É sabido que amplos setores das classes trabalhadores irão apoiar Dilma, mesmo que submetidos à lógica do voto útil no “menos pior”. No entanto, se esse voto pode ser considerado o mais razoável entre os viáveis eleitoralmente para

setores progressistas e de esquerda, tendo em vista a plataforma política e os interesses que se alinham às candidaturas de Marina e Aécio, essa razoabilidade do “menos pior” não pode levar as organizações sindical e popular a perderem sua autonomia em nome de uma candidatura que, no fundamental, tenta vocalizar os interesses da grande burguesia interna e que se recusa a aceitar e aplicar o programa de amplas reformas sociais.

Sobre os demais candidatos, os setores socialistas e progressistas não devem colocar em questão nem sequer o voto útil. A candidatura Aécio deseja aplicar o programa neoliberal na íntegra e, se vencer, provavelmente conterà todos os avanços sociais mínimos, mas reais, levados a cabo pelos governos Lula e Dilma. Com a aparição de Marina após a morte de Eduardo Campos, é possível que a candidatura Aécio não consiga ir para o segundo turno, dada a rejeição forte que desperta entre as classes populares, especialmente por colocar em risco a própria existência de programas como o Bolsa Família (BF).⁷ Por quê? Porque a candidatura Marina identifica-se com os representantes dos bancos nacionais que, aparentemente, estão se deslocando da frente neodesenvolvimentista para buscar uma alternativa a uma política que nem se incline a abrir o sistema bancário nacional ao capital estrangeiro, nem amplie o espaço já concedido a outros segmentos pertencentes à grande burguesia interna, como parte dos industriais e do agronegócio, em detrimento dos bancos nacionais. O cavalo de batalha aqui é a manutenção ou flexibilização do tripé macroeconômico. Os grandes bancos nacionais, privados, não se interessam pela flexibilização do tripé, pois querem um governo que garanta a austeridade fiscal, o câmbio flutuante e as metas de inflação. Na verdade, a defesa da estabilidade monetária é um dos trunfos eleitorais que a Marina roubou dos tucanos para se contrapor à candidata Dilma, que teria permitido elevar as taxas de inflação. Marina quer fazer com Dilma o mesmo que FHC fez com Lula nas eleições de 1994, ao estigmatizá-lo como candidato da inflação. Além disso, Marina já demonstrou ter acordo com a proposta de tornar o Banco Central independente e recuar o intervencionismo estatal na economia, isso sem mencionar a assessoria econômica de sua campanha, que conta com homens de confiança dos banqueiros: Eduardo Giannetti e André Lara Resende. As proclamações de representantes do capital financeiro internacional parecem indicar que eles consideram Aécio o candidato ideal, mas aderirão à Marina caso a candidata se torne a mais viável para disputar o segundo turno com Dilma. Isso nos faz recordar a adesão da burguesia brasileira à candidatura Collor, não por considerá-lo o candidato ideal, mas por gostarem do que ele iria fazer, como disse certa vez o então presidente da Fiesp Mario Amato. Assim como Collor, um eventual governo Marina poderá sofrer com a falta de base política no Congresso Nacional. Da candidatura petista, Marina procura furtar outro trunfo eleitoral: o Bolsa Família, que vinha sendo utilizado pelo PT nas eleições de 2006 e 2010 como moeda de troca eleitoral, tendo em vista o discurso difundido de que a vitória eleitoral do PSDB poderia pôr fim a esse programa social. Marina acresce a esses dois trunfos eleitorais, a crítica dos partidos e do sistema político em geral, a partir da ideia de “nova política” e da defesa da construção da Rede, dialogando em certa medida com os reclamos presentes nas Jornadas de Junho; a preocupação com a questão ambiental, ainda que confira a essa pauta um viés empresarial, ganhando adesão dos críticos do modelo de desenvolvimento vigente no país; e os laços com amplos setores evangélicos.

III

Para que as condições de luta se tornem mais favoráveis, os socialistas não podem ficar com a flecha entre os dedos aguardando a banda passar. É preciso estender o arco e apontá-lo numa direção. O problema é que a direção escolhida até o momento é a do isolamento político. Além de

⁷ Por mais que admita que irá mantê-lo, o PSDB sempre manifestou contrariedade em relação ao BF.

investir no trabalho de base e de formação política, faz-se necessário articular um plano tático em torno das lutas antimonopolista e anti-imperialista. Tal frente tática excluiria, de antemão, as grandes burguesias monopolistas brasileira e transnacional, que dirigem, respectivamente, as frentes neodesenvolvimentista e neoliberal no país, e incluiria, além do proletariado e do subproletariado, “forças intermediárias, como as do campesinato, da pequena burguesia rural e urbana e, mesmo, de pequenos e médios empresários capitalistas, sem falar em movimentos democráticos amplos, não socialistas, como os da juventude estudantil, das mulheres, dos negros, dos índios ou de minorias discriminadas por suas opiniões religiosas ou por suas opções sexuais”.⁸ Tal tática deveria abranger as lutas pela ampliação dos direitos sociais, pelas reformas urbana e agrária, pela taxaço das grandes fortunas, pelo controle e democratização da mídia, pela ampliação de mecanismos de participação e deliberação, entre outras.

Consideramos também que o movimento tático antimonopolista e anti-imperialista deve vir acompanhado de uma série de iniciativas que promovam uma ampliação das condições de luta dos trabalhadores. A condição mínima desse processo é garantir liberdades mínimas de expressão e de organização e combater a criminalização dos movimentos políticos organizados. No âmbito sindical, torna-se fundamental empreender a luta pela liberdade sindical, isto é, a luta contra o sindicalismo de Estado existente no Brasil. Isso obrigará as forças progressistas e socialistas a reivindicarem o fim da tutela do Estado e dos governos sobre os sindicatos, o fim das taxas e contribuições sindicais compulsórias e o fim da unicidade sindical. No plano partidário, é importante defender uma reforma política que limite ao máximo a intervenção do poder econômico no processo eleitoral e crie mecanismos que fortaleçam mecanismos de controle dos representados sobre os representantes nos limites da democracia burguesa e no interior, inclusive, dos partidos socialistas. A recusa à ocupação de cargos no aparelho de Estado e a defesa da autonomia financeira perante governos e patrões são também elementos fundamentais para ampliar as condições de luta dos trabalhadores.

Os desafios da esquerda socialista na conjuntura atual são bastante complexos e não serão resolvidos apenas com o otimismo do intelecto ou da vontade, como irresponsavelmente querem nos fazer crer aqueles que pensam que é possível derrubar as muralhas de Jericó apenas com as trombetas. Se assim fosse, seria mais fácil superar o social-liberalismo e construir o socialismo.

⁸ Cf. Duarte Pereira. Etapas e etapismo. *Correio da cidadania*, 7 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6383&Itemid=79